

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.173 - RJ (2019/0122707-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : RUAN GARCIA MARTINS DE CARVALHO (PRESO)**  
**ADVOGADO : JOÃO LUCAS SILVA MOREIRA E OUTRO(S) - RJ212361**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.  
PROCESSO PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES.  
PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA.  
RECURSO PROVIDO.

1. O Magistrado de primeiro grau decretou a prisão preventiva calcada em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

2. Quantidade de drogas apreendidas que não é capaz de demonstrar, por si só, o *periculum libertatis* do Recorrente, mormente em se tratando de Réu primário e sem antecedentes, o que indica a prescindibilidade da prisão preventiva e a suficiência das medidas cautelares alternativas. Precedentes.

3. Recurso provido para revogar a prisão preventiva do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da custódia, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora